REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2020

ATA N.º 2

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira, no salão nobre do Edificio dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo em reunião exraordinária.

Estiveram presentes na reunião os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo Meneses – Presidende da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
R**ómulo Ficher Correia** – Presidente da Junta de Freguesia da Terra Chã
Nuno Miguel Aguiar Meneses – Presidente da Junta de Freguesia de São Brás
Miguel Reis Sousa – Representante do Governo Regional
Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues – Representante da Câmara do Comércio
José Manuel Pimentel Dias – Representante do movimento Sindical UGT
José António Sozinho Azevedo – Representante da Associação Agricola da Ilha Terceira
Ana Carvalho – Representante da Gê-Questa – Associação de defesa do Ambiente
Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho – representante da Universidade dos Açores
César Leandro Costa Toste – Deputado pelo PSD - Partido Social Democrata
Luís Miguel Forjaz Rendeiro – Deputada pelo PSD – Partido Social Democrata

O Presidente da Mesa do conselho de Ilha **Ricardo Manuel Rodrigues de Barros** ao iniciar os trabalhos, referiu que o pedido de parecer que deu origem a esta reunião extraordinária, só lhe chegou por mail, na passada segunda feira dia 3 de fevereiro, o que significa que há uma discrepância entre o pedido das comissões e aquilo que é efetivamente a possibilidade de convocatória do Conselho de Ilha. Além do mais o Conselho enferma de vários vícios um dos quais é não ter uma comissão permanente para emissão de um parecer desta natureza que por ventura se pode dar em dois minutos, convocando-se um conselho para uma questão que poderia ser, no fundo resolvida de outra maneira mais eficais e mais celere. Além disso o parecer pela Comissão Permanente da Economia era pedido até ao dia 5 de fevereiro, ora, tendo chegado no dia 3 era completamente impossível reunir o Conselho

de Ilha antes disso para enviar o parecer . Também verificou que o regimento e a legislação que dá forma do CI , é omisso, quanto aos dias para convocatória do conselho, mandam as regras que reuniões deste tipo sejam convocadas com o mínimo de 8 dias para que os conselheiros possam efetivamente organizar as suas vidas.

Feito este esclarecimento inicial colocou à discussão o pedido de parecer sobre: **Alteração ao Plano Anual para 2020**, por esta se justificar pela passagem do *furacão Lourenzo.*

Usaram da palavra:

Deputado **Luís Rendeiro -** Afirmou tratar-se de um dos pareceres que se tornam fáceis e rápidos de dar, trata-se da inclusão no plano da Região de verbas provenientes da república para fazer face aos prejuizos causados pelo furação lourenzo, felizmente que a Terceira não foi das ilhas mais fustigadas por esta intempere, tocando, infelizmente as Flores de forma muito profunda, Faial também, Graciosa menos um pouco mas também, menos, as restantes ilha. Referiu que não se deveria fazer de contas que parece excessiva a quantificação de estragos em outras ilhas onde o furacão não passou e em infraestruturas portuárias onde o furacão não passou, nomeadamente no grupo oriental . Mas, todo o dinheiro que possa vir para fazer face a intempéries é dinheiro bem vindo e, aí de nós que não dessemos o parecer favorável e que não nos manifestássemos solidários para com questões deste género , até porque um dia nos pode tocar a nós e será bem vinda também a mesma solidariedade quando dela precisar-mos . O que julga importante que o Conselho de Ilha, com os seus fracos meios de fiscalização mas a todos os conselheiros é que estejam de facto atentos também à forma como estas verbas vão ser aplicadas, para que no que diz respeito à Terceira, pelo menos, aplicadas nos fins a que se destinam e que não deixem efetivamente de ser aplicadas.

Conselheiro **Álamo Meneses,** pediu apenas uma breve intervenção para dizer que embora a ilha Terceira não tenha sido obviamente a ilha mais castigada antes pelo contrário, contudo, no caso do Concelho de Angra houve prejuizos avultados particularmente ao longo da orla costeira. Chamou a atenção para a situação do Porto de São Mateus , que quer a cabeça do molhe quer a parte traseira do porto onde o mar entrou precisa de investimento considerável e particularmente será necessário fazer um investimento que evite que a situação que lá aconteceu nesta tempestade se volte a repetir já que o espaço disponível para parqueamento de embarcações em terra é muito restrito e o mar acabou por andar por baixo das embarcações , felizmente foi durante um período curto e nenhuma delas se voltou , mas a situação poderia ter sido muito grave se isso tivesse acontecido, ou seja e resumindo: é preciso resolver a questão da cabeça do molhe e é preciso proteger a parte traseira do

porto, a parte voltada para Oeste.

Conselheiro **José António Sozinho –** Resalvou uma questão na página 23, no Plano e Orçamento no que diz respeito à agricultura, na questão da recuperação dos efeitos das intempéries lourenzo passou a ler o 2.5 "Intempéries Lourenzo – apoio à recuperação de colheitas agricolas; apoio financeiro a agricultores do Grupo ocidental e central do arquipelago com colheitas agricolas perdidas pela passagem do furacão lourenzo , passando a acrescentar, "sem qualquer exceção " porque há alguns dados que por exemplo, nalgumas ilhas foi atingido e noutras está a ser descurado essa situação das colheitas agricolas atingidas pelo furação.

Conselheiro **Rodrigo Hintze Rodrigues -** Julga que o documento da forma como foi apresentado já de si não era de fácil interpretação. É obvio que a Câmara do Comércio não questiona a necessidade desta alteração ao Orçamento Regional para fazer face às intempéries, é obvio que não se opõem. Acham que chegou a hora de exigir ao Governo Regional que este tipo de documentos venham mais claros para que se possa ficar a saber o que é que efetivamente, no ano de 2020, se vai investir/gastar, visto que neste documento não vem nada descriminado, apenas se refere a uma alteração no valor de 59 milhões de euros. Ponto. Discrimina minimamente em cada uma das rubricas das secretarias, mas depois não explica, por exemplo, gostava de perceber (e isto é só um exemplo) há um aumento de 3 milhões no serviço público de transporte aéreo e marítimo inter-ilhas (é o navio? é o fretamento do navio? É a sata que teve de reforçar voos para levar cargas ?) Não põe em causa que seja preciso tal valor, acha sim que este tipo de coisas devia ser claro para toda a gente.

O Conselheiro **Miguel Reis Sousa**, reepresentante do Governo Regional – transmitiu que as preocupações serão passadas. Relativamente à questão do aumento dos três milhões na área do transporte marítimo, presume que seja relativamente à operação do navio "malena" e também à operação que a Portos dos Açores teve que efetuar nos TMGs. Contudo a preocupação será passada e assim que lhe seja dada alguma resposta, comunicará ao Conselho de Ilha.

Terminadas intervenções o Presidente da Mesa fez a leitura do parecer que redigiu, na sequência das intervenções sobre o assunto em apreço:

"*O Conselho de Ilha da Terceira reunido, em reunião extraordinária, no dia 10 de fevereiro de 2020, no salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, para discussão e emissão de Parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XI - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, de 22 de janeiro, que aprovou o Plano Regional Anual para 2020,*

deliberou, por _____, pronunciar-se favoravelmente sobre o documento em apreço.

Os conselheiros presentes na reunião referenciaram como positiva as rubricas destinadas à recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo nomeadamente no que diz respeito ao apoio à recuperação da infraestrutura rodoviária, o apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos portuários e o apoio à recuperação de colheitas agrícolas.

O Conselho de Ilha chama particular atenção para a urgência de intervenção na cabeça do molhe do porto de pescas de São Mateus, salientando ainda que a desagregação das verbas teria um impacto mais positivo e facilitaria a decisão dos senhores conselheiros."

Posto à votação o texto do eventual parecer a transmitir, o mesmo foi aprovado por unanimidade

Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Mesa, agradeceu a todos os conselheiros, lamentando que por questões desta natureza terem reunido desta forma, mas enquanto não houver uma alteração à legislação do concelho de Ilha, não há outra alternativa, dando por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que por ele vai ser assinada.

O Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

_____

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros